

Rafael de LAZARI
Renan Scapinele DERÓBIO

ATIVISMO
judicial
VS. **AUTO**
CONTENÇÃO
judicial





Belo Horizonte | **São Paulo**
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
 Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2022, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2022, Rafael de Lazari.
 Copyright © 2022, Renan Scapinele Oeróbio.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Arraes

Editor | Tales Leon de Marco

Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico | Leticia Robini

Diagramação | Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP)

L431 Lazari, Rafael José Nadim de
 Ativismo judicial vs. autocontenção judicial / Rafael de Lazari, Renan Scapinele Deróbio.
 - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
 124 p.

ISBN 978-65-5589-380-9

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Deróbio, Renan Scapinele. II. Título.

CDD: 341.2

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Sumário

Nota dos autores	9
Introdução	11
1. O constitucionalismo e a jurisdição constitucional	17
1.1. Constitucionalismos inglês, norte-americano e francês.....	18
1.2. Breve história do constitucionalismo brasileiro e a jurisdição constitucional.....	26
1.3. Neoconstitucionalismo e a expansão da jurisdição constitucional.....	32
1.4. A judicialização brasileira: como todos os problemas são feitos para terminar no Judiciário.....	40
2. Ativismo judicial e breves notas da sua ocorrência no sistema jurídico brasileiro	47
2.1. Pontos nevrálgicos acerca do ativismo.....	56
2.2. Ativismo judicial como resultado da compreensão de eficácia das normas constitucionais.....	58

2.3. O ativismo e os problemas da legitimidade democrática.....	64
2.4. Efeito <i>backlash</i> : resultado ativista judicial.....	69
3. Autocontenção judicial revisitada.....	77
3.1. Interpretativismo e não interpretativismo.....	77
3.2. Sobre os benefícios e as técnicas do passivismo judicial.....	81
3.3. Os contornos definidores à luz da separação dos Poderes.....	85
3.4. Os preceitos abstratos e o problema da interpretação.....	92
3.5. Autocontenção judicial e o Estado social democrático de Direito: como se autoconter se é necessário ser ativo?.....	99
3.6. Autocontenção como mecanismo de impulso democrático.....	104
 Considerações finais.....	 111
 Referências.....	 117